

SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

O SEU BOLETIM INFORMATIVO

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça no período de
01 a 30 setembro para cadastro na base da Biblioteca

** DIÁRIO DA JUSTIÇA

Edição nº 7909/2024 - Segunda-feira, 2 de Setembro de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA N.º 4071/2024-GP, DE 29 DE AGOSTO DE 2024 - Institui o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA-PA), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

EDITAL N.º 002/2024-GP, DE 30 DE AGOSTO DE 2024 - 1º PRÊMIO DE INOVAÇÃO PAI D'ÉGUA.

Edição nº 7910/2024 - Terça-feira, 3 de Setembro de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA N.º 4229/2024-GP, Belém, 02 de setembro de 2024 - Disciplina o procedimento a ser observado para a tramitação dos autos do Regime Centralizado de Execuções, nos termos do art. 6º da Resolução nº 12/2024-GP, de 17 de julho de 2024.

EDITAL N.º 002/2024-GP, DE 30 DE AGOSTO DE 2024. * Republicado por retificação - 1º PRÊMIO DE INOVAÇÃO PAI D'ÉGUA

Edição nº 7912/2024 - Quinta-feira, 5 de Setembro de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA N.º 4254/2024-GP, DE 04 DE SETEMBRO DE 2024 - Altera a Portaria nº 3496/2024-GP, que estabelece o procedimento de validação da condição de pessoa autodeclarada negra perante a Comissão de Heteroidentificação do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), para fins do 2º Exame Nacional de Magistratura (ENAM - 2024.2).

Edição nº 7922/2024 - Quinta-feira, 19 de Setembro de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA N.º 4441/2024-GP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024 - Cria o Distintivo do Curso Internacional de Segurança de Autoridades - TJPA/MPPA, e dá outras providências.



LEGISLAÇÃO SELECIONADA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Nº 35.954 Sexta-feira, 06 DE SETEMBRO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.690, DE 5 DE SETEMBRO DE 2024 - Estabelece mecanismos de combate à discriminação contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 10.693, DE 5 DE SETEMBRO DE 2024 - Altera a Lei Estadual nº 7.029, de 30 de julho de 2007, que dispõe sobre a Secretaria de Estado de Justiça (SEJU); e altera a ementa e inclui o art. 6º-A na Lei Estadual nº 9.662, de 12 de julho de 2022, que institui a Política Estadual para Migrantes, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Pará.

LEI Nº 10.697, DE 5 DE SETEMBRO DE 2024 - Dispõe sobre a Instituição do Cadastro Estadual de Pessoas com Sentença Penal Condenatória, com trânsito em julgado, nos Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e/ou Adolescente previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no Código Penal, no âmbito do Estado do Pará.

Nº 35.966 Quarta-feira, 18 DE SETEMBRO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.703, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024 - Altera a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.



LEGISLAÇÃO SELECIONADA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 14.965, de 9.9.2024 - Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.967, de 9.9.2024 - Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

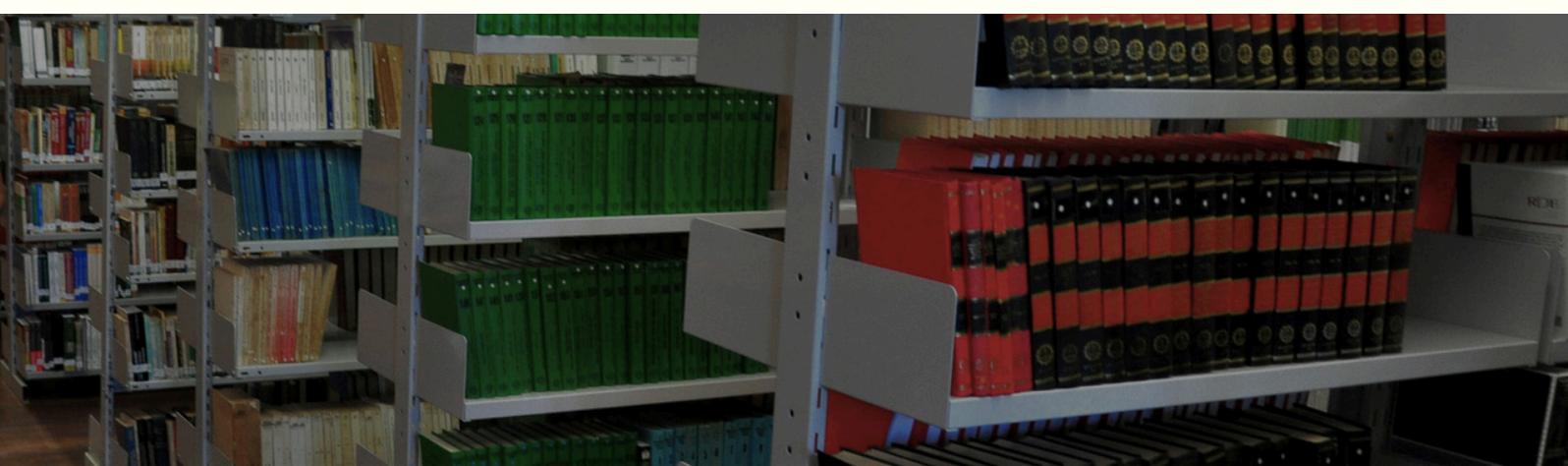
Lei nº 14.976, de 18.9.2024 - Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.978, de 18.9.2024 - Altera as Leis nºs 7.064, de 6 de dezembro de 1982, 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para promover a modernização do turismo; dispõe sobre a transferência de empregados da Infraero; revoga o Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, e dispositivos das Leis nºs 12.833, de 20 de junho de 2013, e 12.974, de 15 de maio de 2014. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.979, de 18.9.2024 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. [Clique aqui](#)

Emenda Constitucional nº 134, de 24.9.2024 - Altera o art. 96 da Constituição Federal, para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.987, de 25.9.2024 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado. [Clique aqui](#)



NOTÍCIAS SELECIONADAS

MPPA

MPPA realiza assinatura do Pacto pela Infância e Juventude com candidatos à prefeitura de Itaituba e Trairão. [Leia mais](#)

Justiça acata pedido do MPPA e determina a lotação de servidores na 51ª Unidade Integrada da Polícia Civil. [Leia mais](#)

TCE

Projeto que regulamenta a implantação de procedimentos de consensualidade no TCE-PA é entregue à Presidência. [Leia mais](#)

Sessão Plenária: Ações do TCE-PA em prol da Primeira Infância são destaque. [Leia mais](#)

ALEPA

Aprovado PL que cria cartilha de prevenção a crimes em relação à dignidade sexual de crianças e adolescentes. [Leia mais](#)

Alepa debate doação de órgãos no Pará. [Leia mais](#)

STF

Testemunhas de Jeová têm direito de recusar procedimento que envolva transfusão de sangue, decide STF [Leia mais](#)

Ministra Cármen Lúcia afirma que capacitismo é pauta importante para o Poder Judiciário. [Leia mais](#)

STJ

Para Sexta Turma, intimação por WhatsApp viola prerrogativa da Defensoria Pública. [Leia mais](#)

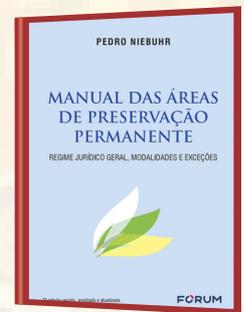
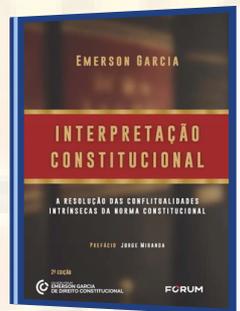
Atos judiciais do STJ passarão a sair no Diário de Justiça Eletrônico Nacional; mudança afetará contagem de prazos. [Leia mais](#)



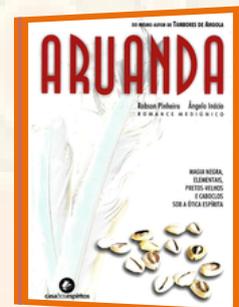
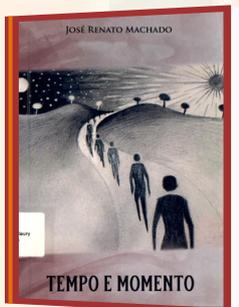


OBRAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DA BIBLIOTECA

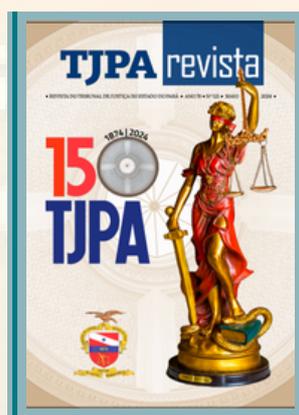
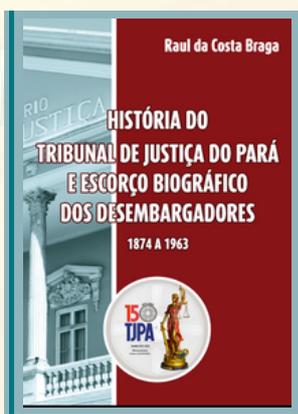
ACERVO JURÍDICO



ACERVO PROJETO LEITURA LIVRE

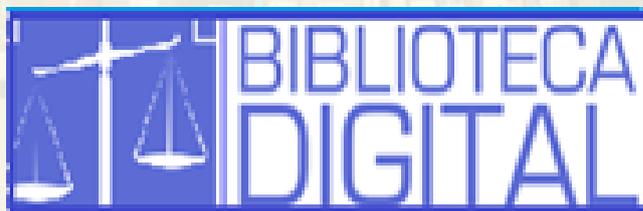


PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL



ACERVO DIGITAL

BIBLIOTECA DIGITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (BDTJPA)



PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO



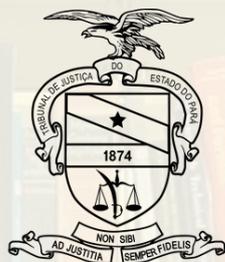
REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE / BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE[®]



ACESSE O SITE DA BIBLIOTECA, NO PORTAL INTERNO/EXTERNO, CLIQUE NA ABA BIBLIOTECA DIGITAL





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização:

Serviço de Referência Bibliográfica
Josiane de Oliveira Neves – Analista Judiciário
Bibliotecária- CRB-2/1.210

Revisão:

Elaine Ribeiro – Chefe da Divisão de Biblioteca
Felicidade de Fátima Silva- Assistente - DDI

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

EDIÇÃO DE SETEMBRO DE 2024